

## ADOCIMENTO E ABSENTEÍSMO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE URUGUAIANA-RS\*

ILLNESS AND ABSENTEEISM OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHERS IN THE MUNICIPAL NETWORK OF URUGUAIANA-RS

ENFERMEDAD Y AUSENTISMO DE PROFESORES DE EDUCACIÓN INFANTIL EN LA RED MUNICIPAL DE URUGUAIANA-RS

Amanda Machado Barbosa<sup>1</sup>  
Nathalie Yelena Plucinski Cardoso Ribas<sup>2</sup>  
Diego de Matos Noronha<sup>3</sup>  
Susane Graup<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este estudo teve como objetivo identificar as principais causas de afastamento dos professores da rede municipal de Uruguaiiana/RS e verificar a prevalência dos transtornos mentais entre esses afastamentos. Trata-se de uma pesquisa descritiva, transversal e quantitativa, baseada na análise documental de 1.326 atestados médicos emitidos entre agosto de 2021 e agosto de 2023. Os dados foram coletados junto à Secretaria Municipal de Administração e referem-se exclusivamente a professores da Educação Infantil. Os afastamentos foram organizados em nove categorias clínicas. A maioria ocorreu por até cinco dias, sendo os principais motivos o acompanhamento familiar e doenças virais. No entanto, os afastamentos por transtornos mentais apresentaram maior frequência de licenças superiores a 15 dias. Um dos desafios enfrentados foi a ausência de CID nos atestados longos, pois são processados via INSS. Os resultados reforçam a literatura sobre o impacto do adoecimento docente na educação infantil e a necessidade de políticas públicas locais voltadas à saúde do trabalhador da educação. Este estudo oferece subsídios para ações preventivas e melhorias nos registros institucionais, contribuindo com a valorização profissional e a qualidade do ensino.

**Palavras-chave:** Trabalho docente. Saúde do trabalhador. Licença médica.

**ABSTRACT:** This study aimed to identify the main causes of leave of absence among municipal school teachers in Uruguaiiana/RS and to verify the prevalence of mental disorders among these absences. This is a descriptive, cross-sectional, and quantitative study based on document analysis of 1,326 medical certificates issued between August 2021 and August 2023. The data were collected from the Municipal Department of Administration and refer exclusively to Early Childhood Education teachers. The absences were organized into nine clinical categories. Most occurred for up to five days, with the main reasons being family caregiving and viral illnesses. However, absences due to mental disorders showed a higher frequency of leaves exceeding 15 days. One of the challenges faced was the absence of ICD codes in long-term certificates, as they are processed via the INSS (National Social Security Institute). The results reinforce the literature on the impact of teacher illness in early childhood education and the need for local public policies aimed at the health of education workers. This study provides evidence for preventive actions and improvements in institutional records, contributing to professional appreciation and teaching quality.

<sup>1</sup>Mestra em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade federal do Pampa.

<sup>2</sup>Mestra em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Pampa.

<sup>3</sup>Mestre em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade federal do Pampa.

<sup>4</sup>Orientadora. Professora do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pampa e do Programa de Pós Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

**Keywords:** Teaching work. Occupational health. Medical leave.

**RESUMEN:** Este estudio tuvo como objetivo identificar las principales causas de ausencia laboral de los profesores de la red municipal de Uruguai/RS y verificar la prevalencia de los trastornos mentales entre dichas ausencias. Se trata de una investigación descriptiva, transversal y cuantitativa, basada en el análisis documental de 1.326 certificados médicos emitidos entre agosto de 2021 y agosto de 2023. Los datos fueron recolectados junto a la Secretaría Municipal de Administración y se refieren exclusivamente a profesores de Educación Infantil. Las ausencias fueron organizadas en nueve categorías clínicas. La mayoría ocurrió por hasta cinco días, siendo los principales motivos el acompañamiento familiar y las enfermedades virales. Sin embargo, las licencias por trastornos mentales presentaron una mayor frecuencia de ausencias superiores a 15 días. Uno de los desafíos enfrentados fue la ausencia del CID (Clasificación Internacional de Enfermedades) en los certificados de larga duración, ya que se procesan a través del INSS. Los resultados refuerzan la literatura sobre el impacto de la enfermedad docente en la educación infantil y la necesidad de políticas públicas locales orientadas a la salud del trabajador de la educación. Este estudio ofrece insumos para acciones preventivas y mejoras en los registros institucionales, contribuyendo a la valorización profesional y a la calidad de la enseñanza.

**Palabras clave:** Trabajo docente. Salud del trabajador. Licencia médica.

## INTRODUÇÃO

O aumento expressivo no número de pessoas acometidas por problemas relacionados à saúde mental tem gerado preocupação mundial, especialmente por suas consequências na vida social, econômica e produtiva da população. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 700 milhões de pessoas em todo o mundo sofram com algum tipo de transtorno mental, sendo os quadros de depressão e ansiedade os mais prevalentes (WHO, 2017). Tais transtornos são definidos, conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - V), como disfunções psicológicas, biológicas ou de desenvolvimento que resultam em prejuízos clínicos significativos, afetando a cognição, a regulação emocional e o comportamento na execução das tarefas de vida diária das pessoas em sua vida diária (APA, 2013).

Considerando a vida do indivíduo adulto, o trabalho ocupa uma posição de destaque em sua rotina, podendo interferir tanto de maneira positiva como negativa nas questões relacionadas à saúde mental (Dejours, 1986). Dentre os diversos tipos de ocupações emerge a profissão docente, que por sua própria natureza, envolve elevados níveis de carga emocional e psicológica diários (Reis et al., 2006). Fatores como a desvalorização profissional, múltiplas jornadas de trabalho, indisciplina dos alunos, ausência de apoio familiar, precariedade da infraestrutura escolar e escassez de tempo para o lazer e o autocuidado contribuem para o

sofrimento psíquico dos professores são apontados como agravantes para o adoecimento mental no ambiente educacional (Diehl; Marin, 2016; Cardoso; Nunes; Moura, 2019; Cruz et al., 2020).

Especificamente na Educação Infantil esse cenário se intensifica, pois a atuação dos professores dessa etapa requer atenção contínua às necessidades individuais das crianças, planejamento personalizado, escuta sensível e criação de vínculos afetivos com as famílias e os alunos (Oliveira, 2002; Uruguaiana, 2020). O fazer pedagógico nesse nível da educação básica está profundamente imbricado com o cuidado, com o acolhimento e com a mediação afetiva, tornando-se ainda mais desgastante diante de um contexto de adoecimento mental progressivo (Trevisan et al., 2022).

De acordo com o Observatório Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, entre os professores da educação básica, as doenças mentais e comportamentais figuram como a segunda maior causa de afastamentos, superadas apenas por síndromes respiratórias, figurando como a principal causa de afastamentos não acidentários (Brasil, 2022). Corroborando com um estudo já realizado no município de Uruguaiana/RS revelam dados alarmantes quanto à saúde mental dos docentes da Educação Infantil. Uma pesquisa conduzida por Bueno et al. (2023) aponta que 34,1% das professoras avaliadas apresentaram Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), caracterizados por sintomas como insônia, irritabilidade e ansiedade, os quais afetam significativamente o bem-estar e a capacidade funcional dos indivíduos. Esses dados dialogam com os achados de Monteiro (2019), que relacionam a presença de DPM com o absenteísmo e com um ambiente escolar adverso, no qual a organização institucional e as práticas de gestão também desempenham papel relevante no adoecimento docente.

Um dos principais efeitos decorrentes do adoecimento é o absenteísmo, caracterizado pela ausência frequente ou prolongada no ambiente de trabalho (Ribas, 2021), fenômeno que está amplamente relacionado ao adoecimento mental, tanto em sua forma aguda quanto crônica (WHO, 2005). A ausência docente recorrente nesse estágio da educação compromete severamente a continuidade das experiências de aprendizagem das crianças, podendo gerar impactos irreversíveis no seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional (RCNEI, 1998; Diehl; Marin, 2016). O absenteísmo na educação gera descontinuidade no ensino, sobrecarga entre os colegas de trabalho e dificuldades na gestão das escolas, comprometendo a qualidade da educação oferecida, além de acarretar rupturas nos vínculos afetivos estabelecidos, essencial para o aprendizado e para o desenvolvimento infantil (Ribas; Ilha; Graup, 2023).

Para além das implicações pedagógicas, o absenteísmo também representa um desafio de gestão para os sistemas públicos de educação. A necessidade de convocação emergencial de professores em Regime Especial de Trabalho (RET), ou mesmo o remanejamento interno das equipes escolares, implica em custos adicionais para o município e em maior desgaste das equipes pedagógicas e administrativas (Uruguaiana, 2012; Ribas, 2021). Tais práticas, além de impactarem diretamente no funcionamento das escolas, também reforçam a sobrecarga dos profissionais que permanecem em atividade, alimentando um ciclo contínuo de adoecimento e afastamentos (Ribas; Ilha; Graup, 2023).

O adoecimento dos professores não se limita, portanto, a uma questão de saúde individual, mas reflete também um problema estrutural e sistêmico. Reconhecendo essa realidade, o Governo Federal aprovou, em 2023, a Lei da Política Nacional de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação (Brasil, 2023), visando estabelecer parâmetros de promoção da saúde docente e estratégias de enfrentamento ao assédio moral no ambiente escolar. Contudo, por ser uma política recente, ainda não houve sua regulamentação nos níveis estaduais e municipais.

A relevância da investigação está pautada no compromisso com a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa desde os primeiros anos de vida escolar. Ao dar visibilidade ao sofrimento psíquico dos educadores e suas consequências no cotidiano das instituições, o estudo também se propõe a fomentar reflexões e práticas voltadas à saúde ocupacional no contexto educacional. Sendo assim, compreender os fatores associados a estas problemáticas torna-se essencial para subsidiar a formulação de políticas públicas efetivas de prevenção e promoção de saúde docente.

Haja vista o apresentado, este artigo tem como objetivo principal identificar as principais causas de afastamento dos professores da rede municipal de ensino e verificar a prevalência dos transtornos mentais entre esses afastamentos.

## MÉTODOS

Este é um estudo descritivo, transversal e quantitativo, fundamentado no conceito de análise documental conforme os pressupostos metodológicos de Gil (2019). Esta investigação teve como foco identificar os principais motivos de adoecimento e absenteísmo relacionados à questões de saúde dos professores da Educação Infantil da rede municipal de Uruguaiana-RS. Para tal, foram utilizados apenas dados relativos aos afastamentos dos professores lotados nas

escolas de Educação Infantil do município. Sendo assim, a população analisada contou com aproximadamente 330 professores, distribuídos em 17 escolas da zona urbana, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Todos os procedimentos da pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa da instituição sob o parecer nº 6.440.469.

Para avaliar a prevalência dos afastamentos dos professores, foram usados dados da Secretaria Municipal de Administração (SECAD), mais precisamente do Setor de Perícias, onde os servidores de toda a prefeitura apresentaram seus atestados de afastamentos por motivos de saúde. A partir da reunião desses documentos a secretaria alimenta um banco de dados com as informações pessoais e profissionais dos servidores, bem como período de afastamento, motivos, entre outras informações. Contudo, esta pesquisa se limitou a coletar apenas os dados essenciais para a realização deste estudo, considerando apenas: sexo, idade, data de admissão na rede municipal de ensino, Código Internacional de Doenças (CID) do atestado ou motivo de consulta, escola onde o professor está lotado e mês/ano de entrega do atestado.

O presente estudo considerou o recorte temporal entre os meses de agosto de 2021 a agosto de 2023 pelo fato de se tratar do período de retorno à presencialidade das atividades nas escolas municipais após o período de isolamento e fechamento das escolas no período da pandemia de coronavírus (COVID-19). Além disso, foi necessário limitar o tempo analisado devido ao grande número de atestados que vêm sendo apresentados pelos professores no cenário atual.

A identidade dos professores presentes no banco de dados permaneceu em sigilo total, uma vez que os pesquisadores não tiveram acesso aos nomes dos mesmos, identificando-os na pesquisa por um número de série. Além disso, a pesquisa levou em consideração a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade das informações sobre os participantes.

Para organizar os motivos de absenteísmo dos professores afastados no período foram classificados nas seguintes categorias: 1) Saúde Mental, que inclui uma grande variedade de condições que afetam humor, raciocínio e comportamento, 1) Saúde Musculoesquelética, que engloba afecções relativas a músculos, ossos, ligamentos, meniscos, cápsulas articulares, esqueleto axial, coluna vertebral e os membros superiores e inferiores entre outras estruturas relacionadas às anteriores, 3) Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como por exemplo a hipertensão arterial e outras doenças cardiovasculares crônicas, Diabetes Mellitus

(tipo I e II), obesidade, câncer, doenças respiratórias, entre outras, 4) Acompanhamento Familiar, para as ocasiões nas quais o servidor não esteve doente, mas acompanhou algum membro de sua família em uma consulta ou tratamento de saúde, 5) doenças virais, como por exemplo gripe comum, Covid-19 e demais CIDs indicativos de virose não especificada, 6) infecções gastro-intestinais, com CID associados a gastroenterite, colite, diarreia, entre outras, 7) doenças renais e do trato urinário, 8) Causas Diversas, referentes a doações de sangue, exames de imagem, procedimentos dentários não cirúrgicos, entre outros tipos de adoecimento que apareceram apenas um vez, 9) questões ginecológicas e obstétricas, que englobam consultas, licença maternidade e outras questões da saúde da mulher e uma última categoria foi criada para aqueles atestados sem CID, identificado como “sem informação”.

Na análise univariada, foram calculadas medidas de tendência central (média e mediana), de dispersão (desvio padrão) e as frequências absolutas e relativas (proporções) das variáveis investigadas, bem como foi incluído o cálculo do intervalo de confiança de 95% (IC95%). Ainda, as variáveis contínuas, como idade dos professores, tempo de atuação na rede municipal e número de dias de afastamento foram categorizadas em tercís, possibilitando uma melhor comparação entre os grupos em etapas posteriores da análise.

Para a análise bivariada foi empregado o teste do Qui-Quadrado de Pearson, a fim de verificar a associação entre as variáveis independentes e a variável dependente, definida como “motivo do atestado médico”. O nível de significância adotado foi de 5% ( $p < 0,05$ ).

É importante destacar que os atestados relacionados ao acompanhamento de familiar foram excluídos desta etapa da análise, por não estarem diretamente vinculados ao estado de saúde do próprio professor.

## RESULTADOS

No total, foram analisados 1.326 atestados médicos entregues por professores da Educação Infantil da rede municipal de Uruguaiana/RS no período de agosto de 2021 a agosto de 2023, apresentados por 301 professores. Em relação ao sexo, houve predominância expressiva do gênero feminino, com 99,4% dos registros de entrega dos atestados, enquanto os professores representaram apenas 0,6% da amostra.

A análise descritiva revelou que o número de dias de afastamento variou bastante, com afastamentos de 1 a 1.466 dias, contudo de acordo com o que pode ser verificado na tabela 1, 75,4% desses atestados são de até cinco dias de afastamento.

**Tabela 1** - Descrição da frequência das variáveis de idade, tempo de trabalho na rede e tempo de afastamento dos professores da rede municipal de Uruguiana-RS.

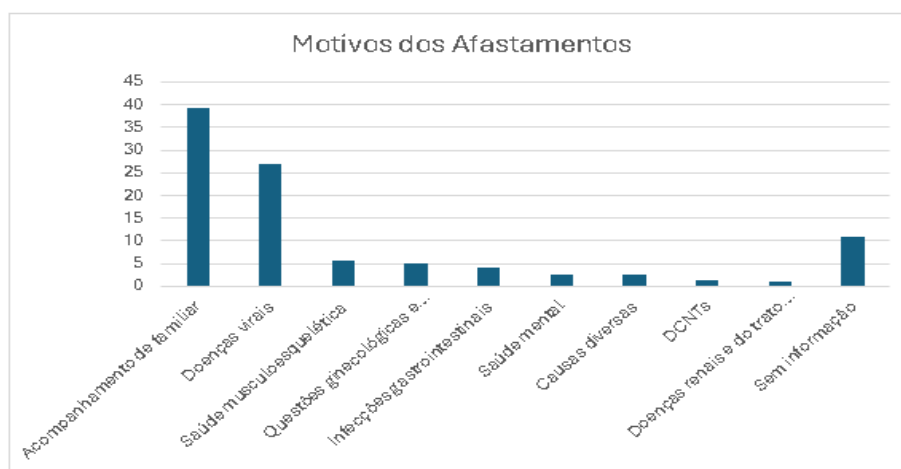
| VARIÁVEL                                   |                   | Frequência | %    |
|--------------------------------------------|-------------------|------------|------|
| Idade (Anos)                               | 1                 | 477        | 36   |
|                                            | 2                 | 387        | 29,2 |
|                                            | 3                 | 462        | 34,8 |
| Tempo de Trabalho na Rede Municipal (Anos) | Até 10 Anos       | 451        | 34   |
|                                            | De 10,1 a 12 Anos | 604        | 45,6 |
|                                            | Mais de 12 Anos   | 271        | 20,4 |
| Tempo de Afastamento (Dias)                | Até 5 dias        | 1000       | 75,4 |
|                                            | Entre 6 e 14 dias | 182        | 13,7 |
|                                            | 15 ou mais dias   | 144        | 10,9 |

**Fonte:** BARBOSA AM, et al., 2026.

No que tange às categorias nas quais os atestados se enquadram, a mais recorrente, antes da reorganização para a análise bivariada foi a de Acompanhamento de Familiar, concentrando 39,3% dos casos, revelando que uma parcela significativa das ausências não se relaciona diretamente à saúde do servidor, mas sim à necessidade de prestar cuidados a membros da família.

Porém, depois da recategorização, destacaram-se os afastamentos por motivo de doenças virais, responsáveis por 26,8% dos registros, seguidos por problemas relacionados à saúde musculoesquelética (5,7%). Por sua vez, os transtornos mentais corresponderam a 2,7% dos motivos de adoecimento e as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) foram representadas em 1,4% dos atestados, como é possível visualizar no gráfico expresso na Figura 1.

**Figura 1-** Distribuição dos motivos de afastamentos dos professores municipais de Uruguiana-RS por categorias.



**Fonte:** BARBOSA AM, et al., 2026.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos afastamentos por categorias de atestados e sua duração. Observa-se que em todas as categorias de atestado a maioria dos afastamentos concentrou-se na faixa de até cinco dias, com exceção das questões ginecológicas que em sua maioria (66,2%), concentraram-se na faixa de 15 dias ou mais.

**Tabela 2-** Distribuição dos afastamentos segundo as categorias de atestados e duração.

| Grupo de Atestado                    | Até 5 dias  | 6 a 14 dias | 15 dias ou mais | Total |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-----------------|-------|
| Acompanhamento de Familiar           | 452 (86,8%) | 38 (7,3%)   | 31 (6,0%)       | 521   |
| Causas Diversas                      | 28 (77,8%)  | 4 (11,1%)   | 4 (11,1%)       | 36    |
| Doença Viral                         | 278 (78,3%) | 76 (21,4%)  | 1 (0,3%)        | 355   |
| Doenças Crônicas não transmissíveis  | 16 (84,2%)  | 2 (10,5%)   | 1 (5,3%)        | 19    |
| Problemas de Saúde Mental            | 17 (42,5%)  | 12 (30,0%)  | 11 (27,5%)      | 40    |
| Doenças Renais e do trato urinário   | 10 (83,3%)  | 2 (16,7%)   | 0 (0,0%)        | 12    |
| Infecções Gastrointestinais          | 50 (90,9%)  | 3 (5,5%)    | 2 (3,6%)        | 55    |
| Questões Ginecológicas e obstétricas | 14 (20,6%)  | 9 (13,2%)   | 45(66,2%)       | 68    |
| Questões Musculoesqueléticas         | 51 (67,1%)  | 15 (19,7%)  | 10 (13,2%)      | 76    |
| Sem Informação                       | 84 (58,3%)  | 21 (14,6%)  | 39 (27,1%)      | 144   |

**Fonte:** BARBOSA AM, et al., 2026.

Os grupos de atestados relativos a Acompanhamento de Familiar, Doença Viral e infecções gastrointestinais apresentaram as maiores proporções de afastamentos de curta duração (acima de 85% dos afastamentos de até 5 dias). Por outro lado, os atestados relacionados às doenças mentais e questões musculoesqueléticas destacam-se pela maior proporção de afastamentos prolongados, pois 27,5% e 27,1% dos afastamentos nesses grupos, respectivamente, ultrapassaram o período de 15 dias.

## DISCUSSÃO

Se considerarmos os achados expressados na figura 1, podemos perceber que a categoria mais expressiva são do afastamentos para acompanhamento familiar (39,3%), que apesar de não expressarem adoecimento direto do professor, expõe as desigualdades de gênero ainda persistentes no magistério, principalmente se considerarmos que a imensa maioria dos pesquisados são mulheres. Estudos recentes demonstram que professoras enfrentam triplas

jornadas (aula, planejamento e cuidados domésticos), com impactos mensuráveis na saúde mental (Alves et al., 2021). Essa sobrecarga foi intensificada durante a pandemia, quando muitas precisaram conciliar ensino remoto e cuidados com filhos e idosos (Bianchi et al., 2022), um aspecto que mereceria investigação específica em estudos futuros.

A análise dos 1.326 afastamentos por atestados médicos na rede municipal de Uruguaiana/RS evidenciou que uma parcela significativa está associada a problemas musculoesqueléticos, seguidos por problemas gastrointestinais e Problemas de Saúde Mental. Este achado dialoga diretamente com a revisão realizada por Ribas et al. (2025), que identificou prevalência acentuada de Transtornos Mentais Comuns (TMC) entre professores do ensino básico brasileiro, principalmente mulheres, com média de idade de 43 anos — características semelhantes às da amostra deste estudo.

Além disso, a alta incidência de afastamentos por doenças relacionadas à saúde mental se alinha com os dados apresentados por Lima et al. (2024), cuja revisão demonstrou prevalências variando entre 1,85% e 85,52% da Síndrome de Burnout entre professores brasileiros. Essa variação significativa está associada à sobrecarga emocional, despersonalização e sensação de baixa realização profissional, aspectos amplamente descritos na literatura como gatilhos frequentes de absenteísmo entre os docentes da educação básica. O estudo de Madigan e Kim (2021) aponta que essas dimensões do Burnout impactam diretamente na capacidade de permanência e no desempenho dos profissionais dentro da sala de aula.

Os resultados deste estudo evidenciam um quadro alarmante de adoecimento docente na Educação Infantil de Uruguaiana-RS, em consonância com achados recentes sobre a crise na saúde do trabalhador educacional (Carlotto et al., 2021; Gasparini et al., 2022). A predominância de afastamentos curtos por doenças virais (61,5%) reflete tanto os impactos pós-pandêmicos quanto a cultura do presenteísmo, na qual professores resistem a se afastar mesmo estando extremamente esgotados e adoecidos (Presoto et al., 2020).

Esta realidade se agrava quando consideramos que 27,5% dos afastamentos por problemas de saúde mental ultrapassaram 15 dias, corroborando pesquisas que identificaram a Educação Infantil como o nível de ensino mais vulnerável à Síndrome de Burnout (Oliveira et al., 2022).

Outro aspecto relevante do presente estudo diz respeito à duração dos afastamentos, no qual se observou que 10,9% dos atestados continham duração superior a 15 dias. Contudo, uma limitação enfrentada nessa questão foi a ausência de dados clínicos (CID) nos registros desses

atestados, uma vez que os afastamentos superiores a 15 dias são encaminhados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de acordo com o decreto nº 533/2023 (Uruguaiana, 2023) e não possuem a mesma sistematização de registro nos sistemas municipais.

Se considerarmos que são apenas 300 docentes nessa etapa do ensino municipal e o número de atestados é mais de 4 vezes a quantidade de pessoas, podemos afirmar que os professores apresentam vários atestados no decorrer do tempo. A grande quantidade de atestados de curto período entre professores, pode estar relacionada a queda salarial que sofrem quando são encaminhados ao INSS, uma vez que, de acordo com a legislação vigente, o cálculo do benefício é 91% da média salarial de todos os salários já recebidos pelo professor, como isso incluem os salários mais baixos da carreira, a média acaba ficando muito abaixo dos últimos salários recebidos (Brasil, 1991).

Os afastamentos com duração superior a 15 dias, que se destaca entre as questões obstétricas e ginecológicas, uma vez que englobam as licenças de maternidade, assim como afastamentos por situações na gravidez, o que eleva o índice.

Os distúrbios musculoesqueléticos (5,7% dos casos), especialmente aqueles com afastamentos prolongados (27,1%), revelam falhas estruturais nas condições de trabalho. Pesquisas atuais destacam que a falta de mobiliário adequado ao tamanho das crianças e a ausência de auxiliares em sala são fatores de risco ocupacional negligenciados (Costa et al., 2021). Em São Paulo, intervenções ergonômicas simples reduziram em 40% esses afastamentos (Silva et al., 2023), sugerindo que soluções práticas poderiam ser implementadas também em Uruguaiana.

A subnotificação de diagnósticos em 27,1% dos afastamentos prolongados representa uma limitação crítica para a compreensão do fenômeno. Essa lacuna nos dados, decorrente da transferência de casos ao INSS, impede a identificação de comorbidades e padrões epidemiológicos, dificultando o planejamento de ações preventivas (Brasil, 2022). Sistemas integrados de registro entre municípios e órgãos federais, como proposto pelo Observatório Nacional de Saúde do Trabalhador, poderiam superar essa fragilidade (Machado et al., 2019).

A baixa proporção de afastamentos por DCNTs (1,4%) contrasta com estudos que apontam alta prevalência de hipertensão e diabetes entre professores (Assunção; Oliveira, 2009). Essa discrepância pode indicar subdiagnóstico ou resistência em buscar afastamento por condições crônicas, muitas vezes gerenciadas sem interrupção do trabalho. A falta de programas

de saúde preventiva específicos para docentes contribui para essa invisibilização (Dias; Lima, 2016).

O retorno às atividades presenciais pós-pandemia emerge como um fator agravante não devidamente dimensionado. Pesquisas recentes demonstram que a reorganização abrupta das rotinas, somada ao medo de contágio e à necessidade de adaptação pedagógica, elevou os níveis de estresse docente (Gil-Monte et al., 2021). Em Uruguaiana, esse contexto pode explicar parte dos afastamentos por saúde mental, ainda que não tenha sido objeto de análise específica no estudo.

As políticas públicas existentes mostram-se insuficientes para enfrentar esse cenário. A recente Política Nacional de Bem-Estar (Brasil, 2023), ainda não implementada no município, carece de mecanismos concretos para garantir ambientes escolares saudáveis. Experiências bem-sucedidas em outras redes, como a criação de comitês de saúde docente e a oferta de terapia coletiva (Silva et al., 2020), poderiam ser adaptadas localmente.

A análise dos dados evidencia a necessidade de intervenções multiníveis. No plano individual, programas de autocuidado e manejo do estresse, baseados em evidências como as da terapia cognitivo-comportamental (TCC), mostram eficácia na redução de sintomas depressivos entre professores (Pillon et al., 2022). No âmbito institucional, a reestruturação das jornadas de trabalho, com inclusão de pausas ativas e tempo para planejamento, é recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019).

11

Como limitações deste estudo pode-se citar a restrição temporal (2021-2023) e a ausência de dados qualitativos, sugerem caminhos para pesquisas futuras. Investigar as percepções dos professores sobre seu processo de adoecimento, através de entrevistas ou grupos focais, permitiria compreender nuances não capturadas pelos atestados médicos (Minayo, 2014).

Entretanto, uma das limitações relevantes da pesquisa refere-se à forma como os atestados são registrados no sistema da prefeitura. Atestados com duração superior a 15 dias não apresentam a Classificação Internacional de Doenças (CID), pois passam a ser tratados via perícia médica pelo INSS. Essa lacuna dificulta a categorização precisa do tipo de adoecimento nesses casos. Além disso, o grupo classificado como “sem informação” apresentou a proporção de 10,9% dentre os afastamentos. Isso pode indicar falhas no preenchimento dos registros e reforça a necessidade de aprimoramento nos sistemas de documentação das licenças médicas, para garantir maior acurácia na análise das causas de absenteísmo docente.

Em tempo, destaca-se que, embora a literatura já aponte de forma consistente os fatores associados ao adoecimento docente, como baixa valorização profissional, ambientes escolares adoecedores e sobrecarga emocional (Cardoso; Nunes; Moura, 2019), ainda são escassas as políticas públicas efetivas de promoção da saúde docente nas redes municipais. Apesar da recente criação da Política Nacional de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais da Educação (Brasil, 2023), sua implementação local ainda não foi concretizada no município estudado.

## CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam um cenário preocupante de adoecimento entre os professores da rede municipal de ensino de Uruguaiana/RS, com destaque para a prevalência de doenças virais e afastamentos por Problemas de Saúde Mental, Musculoesqueléticas e Doenças Virais. A alta frequência de atestados médicos de curta duração, somada à expressiva proporção de afastamentos prolongados, muitos dos quais sem informação registrada sobre o diagnóstico, revela não apenas o impacto do adoecimento sobre o cotidiano escolar, mas também fragilidades importantes no sistema de registro e acompanhamento da saúde docente.

A identificação de que os afastamentos por transtornos mentais apresentam alta duração e, frequentemente, envolvem períodos superiores a 15 dias, reforça o que já vem sendo discutido na literatura científica: os professores, especialmente da educação infantil, enfrentam um ambiente de trabalho que exige elevada carga emocional, convivem com múltiplas pressões e têm pouco acesso a espaços institucionais de escuta, acolhimento e cuidado.

Diante disso, este estudo oferece subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas locais de promoção da saúde docente, especialmente no que se refere à prevenção do adoecimento mental e à construção de ambientes escolares mais saudáveis. A implantação de estratégias como programas de bem-estar no trabalho, espaços de escuta psicossocial, reorganização das rotinas pedagógicas, estímulo à atividade física, pausas planejadas ao longo da jornada, e campanhas de valorização do profissional da educação, pode contribuir para a redução do absenteísmo e para o fortalecimento do vínculo entre professores e suas instituições.

Além disso, os dados apontam para a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de registro e monitoramento das licenças médicas, garantindo que o poder público tenha acesso a informações precisas e completas, que sustentem decisões mais eficazes na área da saúde ocupacional.

Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa contribua para a ampliação do debate sobre o cuidado com os profissionais da educação infantil e para a construção de políticas mais justas e sensíveis às especificidades do fazer docente. Promover saúde no trabalho educacional é também garantir o direito ao desenvolvimento pleno das crianças, à continuidade das aprendizagens e à equidade no acesso à educação de qualidade.

Esses dados destacam a importância de considerar não apenas a frequência dos afastamentos, mas também o tipo de adoecimento e sua duração, como aspectos fundamentais para compreender o impacto do absenteísmo na rotina escolar e para orientar o planejamento de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e bem-estar dos profissionais da educação.

Por fim, tais achados reforçam a urgência de políticas intersetoriais que articulem educação, saúde e assistência social. A criação de um plano municipal de saúde docente, com participação ativa dos profissionais na sua elaboração, seria um passo fundamental para romper o ciclo de adoecimento e absenteísmo (Santos; Borghi, 2018).

## AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecemos ao CNPQ.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. et al. Gênero, trabalho docente e saúde mental na pandemia. *Cadernos de Pesquisa*, v. 51, p. 1-25, 2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009

BIANCHI, P. et al. Sobrecarga de trabalho docente no ensino remoto. *Educação & Realidade*, v. 47, n. 2, e123456, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 14.817, de 16 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil: vol. 1. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: MS, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Bem-Estar Docente. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. Perfil dos afastamentos por doença relacionados ao trabalho no Brasil. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Atualizada. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm). Acesso em: 27 maio 2025.

BUENO, G. L. Transtornos mentais e sofrimento psíquico em professores da educação infantil. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2021.

CARDOSO, J. da S.; NUNES, C. P.; MOURA, J. S. Adoecimento docente: uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/BA. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 20, n. 57, p. 125-140, 2019.

CARLOTTO, M. S. et al. Burnout na educação infantil: uma metanálise. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 37, e37321, 2021.

COSTA, J. M. et al. Ergonomia na educação infantil: riscos ocupacionais. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 46, e15, 2021.

CRUZ, G. F. et al. Estresse ocupacional e fatores associados: um estudo em professores. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 13, n. 3, p. 583-592, 2020.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7-11, 1986.

DIAS, Elaine Costa; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. A saúde do trabalhador docente no contexto das políticas educacionais. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 117-136, 2016.

DIEHL, L.; MARIN, A. H. A saúde mental de professores: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 1171-1191, 2016.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPARINI, S. M. et al. Adoecimento docente pós-pandemia. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 4, e00234521, 2022.

GIL-MONTE, P. R. et al. Impacto do retorno presencial na saúde docente. *Psicothema*, v. 33, n. 2, p. 256-263, 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIMA, M. G. et al. Síndrome de Burnout em professores brasileiros: uma revisão de escopo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 49, e8, 2024. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/382652231\\_SINDROME\\_DE\\_BURNOUT\\_EM\\_PROFESSORES\\_BRASILEIROS\\_UMA\\_REVISAO\\_DE\\_ESCOPO](https://www.researchgate.net/publication/382652231_SINDROME_DE_BURNOUT_EM_PROFESSORES_BRASILEIROS_UMA_REVISAO_DE_ESCOPO)> Acessado em: 27/05

MACHADO, C. V. et al. Integração de sistemas de saúde ocupacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 10, p. 3879-3890, 2019.

MADIGAN, Daniel J.; KIM, Lisa E. Towards an understanding of teacher attrition: a meta-analysis of burnout, job satisfaction, and teachers' intentions to quit. *Teaching and Teacher Education*, [S.l.], v. 105, 103425, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tate.2021.103425>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, C. M. Distúrbios psíquicos menores em professores: revisão e análise de fatores associados. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, v. 11, n. 23, p. 35-50, 2019.

OLIVEIRA, K. L. et al. Síndrome de Burnout na educação infantil. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 26, e242345, 2022.

OLIVEIRA, Z. M. R. C. Professoras da educação infantil: entre o amor e o trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. World Health Report 2005: make every mother and child count. Geneva: WHO, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Depression and other common mental disorders: global health estimates. Geneva: WHO, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho decente para professores: recomendações da OIT. Genebra: OIT, 2019.

PAULA, M. L.; LIMA, E. P. Políticas educacionais e a valorização docente: um estudo sobre as condições de trabalho. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 9, n. 2, p. 144-163, 2020.

PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; GOMES, A. M. Adoecimento mental e precarização do trabalho docente. *Retratos da Escola*, v. 14, n. 32, p. 693-707, 2020.

PILLON, S. C. et al. Intervenções cognitivo-comportamentais para professores. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 30, e3634, 2022.

PRESOTO, L. F. et al. Presenteísmo docente na educação básica. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, e00234567, 2020.

REIS, E. J. F. B. et al. Docência e exaustão emocional. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 94, p. 229-253, 2006.

RIBAS, N. Y. P. C.; BARBOSA, A. M.; BUENO, L. R.; LARA, S.; GRAUP, S. Adoecimento de professores do ensino básico e fatores associados: uma revisão de literatura. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 18, n. 3, p. 1-22, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.3-077>.

RIBAS, N. Y. P. C. Absenteísmo e adoecimento de professores e o impacto no ensino da rede municipal de educação de Uruguaiana-RS. Orientadora: Susane Graup. 2021. 92 p.

RÓDIO TREVISAN, Karen Rayany et al. Revisão sistemática internacional sobre agravos à saúde mental de professores. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 40, n. 1, 2022. disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/7532/10553>> Acesso em: 3 jun. 2025.

SANTOS, Betânia de Oliveira; BORGHI, Raquel Fontes. Políticas de saúde docente: análise de experiências municipais. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, e230045, 2018.

SILVA, A. B. et al. Eficácia de intervenções ergonômicas para professores. *Saúde Debate*, v. 47, n. 137, p. 234-245, 2023.

SILVA, M. P. et al. Terapia coletiva como estratégia de saúde ocupacional. *Interface*, v. 24, e190456, 2020.

URUGUAIANA. Documento Orientador do Território Municipal de Uruguaiana – DOTMU. Uruguaiana: Secretaria Municipal de Educação, 2020. 16

URUGUAIANA. Lei Complementar n.º 4.153, de 20 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. Uruguaiana, RS, 2012.

URUGUAIANA. Decreto n.º 533, de 30 de junho de 2023. Regulamenta o procedimento para apresentação de atestados médicos dos servidores públicos municipais. *Diário Oficial do Município de Uruguaiana*, Uruguaiana, 30 jun. 2023.